

Paradigma da Educação Inclusiva e Autismo no Ensino Superior

Erisson Teixeira Emer¹
Profa. Dra. Cláudia Alquati Bisol²

RESUMO

A busca por entender e se localizar dentro Estudos da Deficiência, sua gênese e suas práticas, chama a uma reflexão que ganha espaço nos debates sobre a inclusão na área da educação, dado o direito de toda pessoa com deficiência ter acesso à educação e à escola integral, como define a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015. Os Estudos da Deficiência propõem um novo modo de observar e analisar a deficiência com foco no modelo social da deficiência, e não apenas como tragédia pessoal tal como propõe o modelo médico da deficiência, generalizado socialmente. Levando em conta que a pessoa autista é entendida legalmente no estado brasileiro como pessoa com deficiência, e considerando as ideias de inclusão e acesso à educação universal, que são os objetivos das leis sobre inclusão no Brasil, surge um questionamento que é base para este trabalho: como se dá o ingresso, permanência e participação de pessoas autistas no Ensino Superior? Para tanto, buscamos situar nesse contexto as nuances que permeiam a vida da pessoa autista no Ensino Superior. Em um primeiro momento, estabelecemos os principais marcos da da educação inclusiva, seguido de um aprofundamento específico em pesquisas que versam sobre o tema “estudantes autistas no Ensino Superior” e finalizamos propondo uma reflexão acerca da participação efetiva das pessoas autistas nos espaços acadêmicos. De antemão, a escassez de pesquisas que abordam o autismo no Ensino Superior e a falta de escuta a sujeitos dentro das universidades são elementos constatados e apresentados neste trabalho.

Palavras-chave: Autismo, Ensino Superior, Inclusão

INTRODUÇÃO

Historicamente e hodiernamente, não são poucas as ações sociais que demarcam com restrição e subjugamento os espaços em que as pessoas com deficiência devem ocupar no meio social e na participação plena da cidadania.

Os “corpos silenciosos”, assim definidos por Robert Murphy (1990), desde a idade média até a atualidade, tem reservado seus lugares nas margens sociais e são fadados ao silenciamento das suas vozes. Tais agressões se dão no impedimento da sua autonomia por meio da aniquilação de seus corpos, como era comum na idade média e, atualmente, pelo capacitismo.

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - RS, etemer@ucs.br

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul - RS, cabisol@ucs.br

A história da deficiência é marcada, portanto, por um caráter inicialmente sanguinário. As pessoas nascidas com alguma deficiência, nos relatos da história da deficiência, eram “abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam e matavam” (Jannuzzi, 2004, p.9). Os que não eram abandonados ou aniquilados, se tornavam ícones de desgraça, bruxaria, e entretenimento em circos (Fernandes; Schlesener; Mosquera, 2011).

Desde a idade média, essa prática se cristaliza no funcionamento social e fez permanecer, na atualidade, a ideia de tragédia pessoal e pejorativa que a deficiência carrega e é constantemente reforçada. As tentativas de justificações para a condição do sujeito com deficiência estabelecem a culpa, a responsabilidade e a necessidade de adaptação ao meio social como elementos unicamente da própria pessoa (Januzzi, 2004).

Essa concepção é base para o que se entende como modelo médico da deficiência dentro dos Estudos da Deficiência, um importante campo teórico que toma a deficiência e a observa a partir de dois eixos principais. O modelo médico da deficiência e o modelo social da deficiência que serão aqui explicitados e que são base teórica epistemológica deste artigo. Os tratamos assim, por serem um pano de fundo para as abordagens em relação ao autismo no Ensino Superior, tema central deste trabalho.

Para dar conta da proposta, cabe ressaltar que este trabalho é um primeiro recorte, da dissertação de mestrado intitulada “Atravessamentos e implicações na vida acadêmica de estudantes autistas no Ensino Superior”.

Como já evidenciado, este trabalho tem como objetivo investigar o ingresso, permanência e participação de pessoas autistas no Ensino Superior a partir de uma análise de artigos e trabalhos acadêmicos, que versam sobre o tema do autismo no Ensino Superior e aludem as possíveis respostas e caminhos para tal objetivo.

Nesse sentido, existem dois elementos fundamentais que logo se destacam no que tange pesquisas, artigos ou trabalhos sobre autismo. O primeiro consiste em, na maioria dos casos, as pesquisas que versam sobre essa temática se direcionarem ao autismo na infância, e em sua maioria na percepção de docentes ou familiares em relação a esses sujeitos. O segundo se dá em consequência do primeiro, consistindo na escassez de pesquisas que se desenvolvem no Ensino Superior e, consideravelmente menos ainda, nas que levam em conta a percepção e as narrativas dos próprios autistas (Melo, Constant e Ferreira (2023).

Portanto, há uma nebulosa em torno do tema, por não constarem dados e pesquisas de forma tão expressiva. O que por um lado é justificativa para um trabalho em relação a isso, mas que é sintoma das dificuldades de efetivar ações de inclusão e de garantir a participação desses indivíduos no meio social e tanto mais em espaços deliberativos e constituintes de cidadania.

Outrossim, cabe desde já ressaltar a importância de três elementos especialmente: a função dos Estudos da Deficiência, sua base nos movimentos feministas e a sua potência ao impulsionar categorias subjugadas para a ação social e política em prol de suas pautas; e a relevância dos movimentos constituídos por pessoas autistas em prol da plena participação em tudo que lhes diz respeito; o embate à ideias patologizantes sobre o autismo. Esses elementos têm uma profunda conexão pelos primeiros serem base epistemológica científica e política para o último.

METODOLOGIA

Inicialmente faremos uma breve contextualização dos Estudos da Deficiência e seus eixos principais, a saber, o modelo médico da deficiência e o modelo social da deficiência. Isso, por serem uma base que circunscreve a deficiência e o autismo nesse contexto e então ser possível visualizar, a partir das pesquisas, a questão do autismo no Ensino Superior .

A análise da bibliografia se dá de forma qualitativa uma vez que, selecionados os trabalhos para serem base da discussão, formam um caminho que busca dar visibilidade à questão do autismo no Ensino Superior.

Contudo, tais bibliografias tomam em conta, sobretudo, que “as pessoas podem atribuir significados diversos às questões que lhes chegam à realidade pessoal” Gil (2002, p.44) certo que, indivíduos que frequentam um mesmo espaço podem ter experiências distintas.

Realizamos uma revisão narrativa de literatura a partir de artigos científicos publicados em língua portuguesa. Os textos foram selecionados sob o critério de se voltarem especificamente ao tema do autismo no Ensino Superior, sendo alguns sob a ótica de docentes e instituições, outros pela estrutura de formação das políticas públicas voltadas à inclusão e ainda, e especialmente, os que trazem relatos de experiências e escuta aos estudantes autistas.

Essa explanação cumpre o papel de deixar explícita a temática e prepara a reflexão das concepções que a cercam, como a permanência desses indivíduos nas instituições de Ensino Superior, as experiências em relação às estruturas pedagógicas e estruturais dessas instituições, bem como as proposições e possibilidades frente aos percalços nesses espaços.

DEFICIÊNCIA: MODOS DE ENTENDER

Os Estudos da Deficiência têm, na sua gênese, os movimentos sociais e pautas políticas que versam sobre as desigualdades e as formulações excludentes da sociedade. No Reino Unido, no início dos anos 1970 surgiram os primeiros movimentos pelas pessoas com deficiência impulsionados pelos movimentos feministas e de direitos humanos que lutavam contra a visão que definia a deficiência como tragédia pessoal e matéria exclusiva da área médica (Berners, Mercer. 2001).

Bernes e Mercer (2001, p. 515) afirmam ainda que:

A politização das pessoas com deficiência também destacou a importância de uma cultura alternativa da deficiência, que celebra uma identidade e uma consciência positivas das pessoas com deficiência (Tradução Nossa).

Os Estudos da Deficiência, enquanto campo teórico, tensiona o constructo social que estrutura o capacitismo, a exclusão e segregação da pessoa com deficiência. Segundo França (2013, pg. 59), ao tomar a deficiência a partir dos Estudos da Deficiência, a “questão pode ser tratada de modo inovador e político”, uma vez que o campo teórico em questão faz um importante deslocamento da ideia de deficiência tomando-a não mais apenas como elemento pessoal e individual, mas coletivo e social.

Tal campo de estudos procura entender, portanto, a deficiência não como tragédia pessoal, pertencente inerentemente ao corpo que ela habita, como é no modelo médico, mas sim a construção social sobre a diferença que se estabelece nos corpos de determinadas pessoas. Essa forma de pensar a deficiência questiona o modo como se entende a pessoa com deficiência e gera, segundo Oliveira (2011, p. 146) “uma revolta que contestou a cultura ocidental em seu âmago: a racionalidade”.

O modelo social, outrossim, entra como uma forte crítica ao positivismo, aos ideais iluministas de ordem e homogeneidade, que são bases do modelo médico e que atribuíram à deficiência um caráter pejorativo e de incompatibilidade social. O modelo

social acentua, portanto, o rompimento com a ideia de ajustar o diferente ao meio social e abre espaço para repensar o meio social e suas normatividades.

Esse modelo, como proposta para pensar a deficiência, carrega uma profunda relação com os movimentos sociais e políticos por, desde a sua gênese, buscarem a autonomia e a cidadania das minorias.

São muitas as minorias que, pelos movimentos sociais, constroem sua participação social, cada uma com sua especificidade, inaugurando espaços para as compreensões divergentes às usuais e tradicionais no que se refere à crítica social e a normatividade do corpo e do intelecto. Há um delicado, porém profundo cisma nas compreensões do meio social com a diversidade das pessoas que o compõe. Tal cisma é constantemente movimentado entre as forças tradicionais, positivistas, em atrito com as forças da diferença.

ESTUDANTES AUTISTAS NO ENSINO SUPERIOR

São relevantes os avanços na educação inclusiva no Brasil por meio das políticas públicas de ingresso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares e espaços acadêmicos. Contudo, ao direcionar a atenção aos estudantes autistas que ingressam e permanecem no Ensino Superior, me deparo com a sub-representação dessas pessoas, tanto em pesquisas quanto em dados da sua existência nesses espaços de ensino.

Sanches e Freitas (2020), ao fazerem uma pesquisa bibliográfica que versa sobre os estudantes autistas no Ensino Superior, destacam o aumento de matrículas de pessoas autistas, o que evidencia a necessidade não apenas de pensar a inclusão desses indivíduos mas também potencializar pesquisas que versem sobre esse tema. Destacam como dificuldade principal a falta de dados e pesquisas que tratam do assunto e a importância de uma investigação que dê conta da efetiva educação inclusiva para autistas no Ensino Superior .

Silva (2020) faz um importante aprofundamento do perfil da pessoa autistas no Ensino Superior brasileiro e destaca a fragilidade dos dados oficiais, o que denuncia a pouca atenção do poder público para com o público autista. O pesquisador chega à conclusão de que há situações de desigualdade e barreiras de acesso e permanência. Ao analisar o perfil desses estudantes, Silva (2020) percebe que elementos como gênero, raça e classe social se sobressaem e influenciam tanto a presença no Ensino Superior

(sendo em sua maioria pessoas de classe média alta e brancas), quanto as pesquisas que tendem a tratar , do autismo apenas no sexo masculino.

Aguilar e Rauli (2020), professoras que tomaram relatos de sete estudantes autistas para uma pesquisa que visa compreender as dificuldades de inclusão das pessoas autistas, descrevem primeiramente que a transição entre o Ensino Médio e o Ensino Superior gera estresse para os jovens em geral, tanto mais aos autistas por terem características específicas que não são atendidas pela universidade no seu ingresso. Relatam, ainda, que a estrutura universitária (física e pedagógica) e o corpo docente estão pouco preparados para a presença de pessoas autistas na suas classes, gerando então um desconforto por parte do docente e uma dificuldade de permanência para o aluno autista.

Ao analisarem os relatos colhidos dos estudantes, Aguilar e Rauli (2020) subdividiram em 12 seções, destas, destaco e discorro brevemente sobre as três que pareceram mais relevantes para este trabalho, sob a justificativa de terem aspectos importantes sobre a realidade individual da pessoa autista e sua relação com o meio universitário. São elas: o estigma em relação ao diagnóstico, a adaptação didático pedagógica e o desconhecimento do tema.

Na seção do estigma, os entrevistados relatam as falas capacitistas em relação ao seu grau intelectual. Como o perfil do estudante universitário autista não corresponde ao estereótipo geral, que é relacionado à deficiência intelectual, as tendências à exclusão pela associação à simulações de autismo ou questões psiquiátricas são recorrentes. Com o estigma, o autista se sente exposto, como relata um dos participantes da pesquisa: “As pessoas olham como se eu fosse um bicho do zoológico. É difícil” (Aguilar e Rauli, 2020, p. 11).

Já na seção sobre a adaptação didático pedagógica, as autoras e os participantes destacam as infelizes tentativas de adaptar as aulas e as avaliações para a realidade das pessoas autistas. As pesquisadoras apontam que, segundo os relatos, seria necessário dispor maior tempo e diminuir as possíveis ambiguidades nas avaliações, com perguntas não objetivas. Contudo, a área pedagógica ainda carece de formas e métodos mais assertivos para a inclusão como um todo.

Por fim, o desconhecimento por parte da comunidade acadêmica nas universidades foi um tema que permeia os relatos dos participantes. Os entrevistados relatam a generalização da ideia de autismo como deficiência intelectual ou psicopatologia, o que influi no tratamento e acolhimento diário das pessoas autistas.

Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) afirmam a importância da formação do corpo acadêmico como um todo para garantir a aprendizagem e a permanência do estudante autista na universidade. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Goiás com um aluno autista e seu monitor, um docente e a equipe de acompanhamento psicopedagógico da instituição, Os pesquisadores relatam a exitosa experiência de dispor de um monitor, colega de curso, para o estudante autista. Trata-se de um meio para auxiliá-lo nas dificuldades que apresentava, como de cumprir prazos, burocracias e demandas gerais que o Ensino Superior exige dos alunos. Assim, foi possível garantir resultado e qualidade de vida e estudo para o aluno.

Outro fator interessante apresentada nesta pesquisa é o apelo pela abertura às possibilidades diversas pelas quais o aluno autista pode se fazer partícipe das aulas:

(...) defendemos a importância de os cursos de graduação abrirem espaço para que o aluno com TEA possa se colocar como sujeito pensante e sensível, para que possa externalizar, de alguma forma, suas dificuldades, seja por meio da escrita, da arte, ou de qualquer outra forma de expressão que, de alguma maneira, expresse quem ele é e como se sente (Oliveira, et al. 2022 ,p. 19).

De fato, a diversidade de formas de ser, pensar e se expressar são elementos importantes que deveriam ter espaço no meio universitário. Pode-se tecer uma crítica à forma, à formatação e à hierarquização das classes e dos saberes que não comportam a diversidade humana não apenas de expressão pessoal, mas também de expressão social, o que daria um novo modo de olhar o ensino e as formas de inclusão.

Nessa esteira da capacitação e de ações de inclusão mais efetivas, Melo, Constant e Ferreira (2023) buscaram analisar o processo de acesso e permanência de estudantes autistas no Ensino Superior de acordo com as pesquisas presentes nas bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) resultando, após critérios de exclusão, na análise de cinco estudos.

Os autores destacam os pontos facilitadores e dificultadores do acesso e permanência das pessoas autistas no Ensino Superior. Como ponto facilitador, apontam a criação de núcleos de acessibilidade como órgãos institucionais que facilitam o acesso à informação e meios para a efetiva permanência dos estudantes, uma vez que nesses núcleos encontram suporte para as mais diversas questões que se lhe apresentam no dia a dia nas universidades.

Destacam ainda, Melo, Constant e Ferreira (2023), que a disseminação do tema autismo é um fator relevante para a melhor compreensão social das pessoas autistas e suas particularidades. É necessário um olhar com menor estranheza para os autistas, livre dos estereótipos e preconceitos.

Como pontos dificultadores, por sua vez, os autores destacam a falta de pesquisas qualificadas sobre o tema, o que acarreta na não qualificação da temática para o acesso geral da população, bem como a falta de qualificação específica para os docentes atenderem às demandas específicas do autismo.

Portanto, é importante ressaltarmos, sobretudo, que neste percurso de tentar encontrar as lacunas na inclusão dos sujeitos autistas no Ensino Superior, o foco está em sugerir a observação e análise do cenário geral com o espírito propositivo e não de demarcação dos entraves. Dada a complexidade da temática, bem como os avanços e dificuldades, cabe um olhar reflexivo que chama também para ações concretas que sejam capazes de dar conta das lacunas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe, nestas considerações finais, darmos conta do que fora anunciado no início deste trabalho. O aspecto reflexivo do tema surge como um primeiro passo para saltarmos da tomada de consciência do cenário, perspectivas, dados e elementos que coexistem na temática do autismo no Ensino Superior, para uma posição de transformação.

É preciso fundamentalmente, como primeiro ponto de inflexão da reflexão para a ação, que as vozes dos sujeitos autistas sejam escutadas em pesquisas que tomem em conta não apenas a realidade dos seus sujeitos, mas também suas narrativas. A escuta, o abrir espaço no ambiente acadêmico, deliberativo, construtivo nas instituições sociais, é um passo fundamental para que se possa aprofundar debates sobre inclusão e cidadania. É imprescindível que o sujeito esteja sentado à mesa como os demais para as deliberações e reflexões acerca da sua realidade.

Enfatizamos a importância de pesquisas que, no caso das pessoas autistas ou com deficiência, se desenvolvem em movimentos com os sujeitos da pesquisa e não os torna “objetos” de pesquisa.

Em suma, ficam evidenciados alguns elementos que perpassam a maioria dos trabalhos aqui apresentados. São eles: a carência de pesquisas específicas sobre o tema do autismo no Ensino Superior; a dificuldade de inclusão que se dá pelos espaços físicos e pedagógicos e também pela falta de informações desmistificadas sobre o autismo e sobre as pessoas autistas. E por fim, a formação dos profissionais das universidades, docentes ou não, que não contempla a discussão referente às questões das diferenças ou, quando o faz, é de forma pouco aprofundada. Ficam, portanto, demarcados dois elementos sobre o tema, tomando em conta a intenção propositiva de ações. O primeiro chama atenção à formação dos profissionais nos ambientes acadêmicos e o segundo, à formatação das estruturas físicas e pedagógicas. Estes dois elementos coexistem em uma sala de aula. A formação é perpassada pela escuta. A modificação das estruturas pedagógicas e físicas é perpassada pela participação dos agentes da mudança tanto quanto da plena participação dos sujeitos a quem as modificações se direcionam.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Claudia Paola Carrasco; RAULI, Patricia Forte. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, v. 36, p. 1-26, 2020.

BARNES, Colin; MERCER, Geoff. Disability culture. *Handbook of disability studies*, p. 515-534, 2001.

MURPHY, R. F. O Poder e a Norma. In: *Psicanálise, Poder e Desejo*. Katz, Chaim Samuel Rio de Janeiro: Coleção IBRAPSI, *The Body Silent*. New York: H. Holt, p.46-54, 1990.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. *Revista InCantare*, v. 2, n. 1, 2011.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil p.67-77, 2009.

MELO, Sandra Cordeiro de; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no Ensino Superior. Revista teias, v. 24, n. 73, p. 112-128, 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. Educação e Pesquisa, v. 48, p. e238947, 2022

SANCHES, Poliana Fernandes Mesquita; DE FREITAS, Maria Clara. ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. Anais do Pró-Ensino: Mostra Anual de Atividades de Ensino da UEL, n. 2, p. 32-32, 2020.

SILVA, Solange Cristina da et al. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, 2020.